

3

Portugal no século XIX

O “Daily Telegraph” já discutiu em artigo de fundo este problema: se seria possível sondar a espessura da ignorância lusitana! Tais observações, além de descorteses, são decerto perversas. Mas a verdade é que numa época tão intelectual, tão crítica, tão científica como a nossa, não se ganha a admiração universal, ou se seja nação ou indivíduo, só com ter propósito nas ruas, pagar lealmente ao padeiro, e obedecer, de frente curva, aos editais do Governo Civil. São qualidades excelentes mas insuficientes. Requer-se mais: requer-se a forte cultura, a fecunda elevação de espírito, a fina educação do gosto, a base científica e a ponta de ideal que em França, na Inglaterra, na Alemanha, inspiram na ordem intelectual a triunfante marcha para frente; e nas nações de faculdades menos criadoras, na pequena Holanda ou na pequena Suécia, produzem esse conjunto eminente de sábias instituições, que são, na ordem social, a realização de formas superiores de pensamento¹.

Eça de Queiroz

3.1

Cenário social e cultural

Não quero falar no drama de que apenas existe hoje uma aparência inconsistente e banal, nem de poesia que, ou é tristemente arcádica, ou colorida com sentimentalidades retóricas e todas individuais; não quero de modo algum falar da arquitectura, que consiste entre nós na uniforme perfeição da linha recta; nem da escultura, que em Portugal se limita a ser uma suportável estatuária oficial; nem da música, porque apenas temos a dos rouxinóis; mas quero falar levemente de pintura, que tem um fingimento de vida!²

Eça de Queiroz

Durante o século XIX a Europa passou por uma transformação radical. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no século XVIII, provocou uma industrialização acelerada em diversos países. As cidades cresciam, os camponeses transformavam-se em operários e a vida cultural intensificava-se nos centros urbanos.

¹ QUEIRÓZ, Eça de. “O Brasil e Portugal”. Op.cit., p. 170.

² Id. “Da pintura em Portugal”. In *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 1999, p. 229-30.

Portugal, que tivera um papel de destaque na conquista do império ultramarino, foi gradativamente perdendo a hegemonia, mantinha-se apegado às glórias coloniais do passado e, no século XIX, não desenvolvera uma elite intelectual significativa que incentivasse o desenvolvimento das artes e das ciências. Alguns intelectuais, como Eça de Queirós, tiveram consciência dessa realidade e, através de suas obras, criticaram a sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX. Uma sociedade cuja existência era, segundo Eduardo Lourenço, “presentida, descrita, glosada, como existência diminuída, arremedo grosseiro da existência civilizada, dinâmica, objecto de sarcasmos e ironias, filhos do amor desiludido que se lhe votava.”³

A “defasagem” de Portugal em relação aos países desenvolvidos da Europa ocorria no campo da industrialização, da tecnologia e principalmente no campo da modernização da cultura e dos costumes. De acordo com a análise de Eduardo Lourenço, vários escritores portugueses, principalmente os da Geração de 70, sentiam um grande desconforto diante dessa “[...] Europa, *exemplo de civilização*, cuja comparação conosco mergulhava em transe de melancolia cívica e cultural, tais como a obra de Eça os exemplificará para o nosso sempre” e tinham “a consciência, por assim dizer *física*, do que nos separava da maiusculada e então orgiástica Civilização.”⁴

Analisando de forma mais aguda a situação de Portugal em meados do século XIX, merece destaque uma descrição da sociedade feita por Eça na sua “Campanha Alegre”, onde foram reunidos os textos de sua autoria que fazem parte d’*As Farpas*⁵, publicação periódica em jornais, em forma de crônica e tom panfletário, que redigiu juntamente com o escritor Ramalho Ortigão:

O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido, nem instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Já não se crê na honestidade dos homens públicos. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos vão abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta a cada dia.

³ LOURENÇO, Eduardo. Op.cit., p. 24.

⁴ Ibid, p. 24.

⁵ Provavelmente inspirada na publicação francesa *Les Guêpes*.

Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Todo o viver espiritual, intelectual, parado. O tédio invadiu as almas. A mocidade arrasta-se, envelhecida, das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruína económica cresce, cresce, cresce... O comércio definha. A indústria enfraquece. O salário diminui. A renda diminui. O Estado é considerado na sua acção fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.⁶

Uma crítica contundente e irônica é feita a todas as esferas da sociedade, desde a corrupção, passando pelo desinteresse pela cultura e pelas idéias por parte da burguesia, até a monotonia dos cafés. É importante ressaltar que a morosidade descrita neste café contrastava com o brilho, o bolício dos cafés parisienses, e o tédio, a inércia e o desprezo pelas idéias, que tomavam conta do país, contrastavam com a intensa vida social e cultural das grandes capitais da Europa.

José-Augusto França, cuja obra *O Romantismo em Portugal*⁷ utilizaremos como principal fonte histórica para descrever e analisar a sociedade portuguesa oitocentista, nos oferece um panorama dessa sociedade em que ganha relevo a crítica a sua esfera cultural, e descreve um país onde se dava pouca importância à ópera, ao teatro e à música de qualidade, onde havia poucos bons músicos, pintores e atores, poucas revistas interessantes, onde os cafés eram monótonos e a vida triste e aborrecida.

O historiador nos informa que entre 1835 e 1840, de uma população de três milhões e meio de habitantes, apenas 250 mil moravam em Lisboa ou no Porto. O resto da população morava no campo e em vilas, onde as estradas e as comunicações eram irregulares. Em 1825, o barco a vapor passou a ligar Lisboa ao Porto, e apenas em 1859 houve a construção de uma estrada. Os barqueiros asseguravam os transportes “por caminhos mal traçados ou ao longo dos rios. Bandidos, um tanto lendários, restos da guerra civil, tornavam as viagens por terra pouco seguras.”⁸ Os transportes coletivos só apareceram no interior da cidade em 1873.

Tanto as estradas quanto os sistemas de comunicação eficientes eram no século XIX uma necessidade prioritária, visto que constituíam um “critério de

⁶QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. In: *As farpas*. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 2000, p. 9-10.

⁷FRANÇA, José-Augusto. Op.cit.

⁸Ibid., p.155.

modernidade e de civilização;”⁹ porém essa realidade era praticamente inexistente em Portugal.

Além da precariedade dos dois sistemas acima descritos, segundo Eça de Queirós, outro problema das cidades portuguesas era a sujeira. Recorramos novamente à “Campanha Alegre” para obtermos uma descrição mais minuciosa e ácida dos bairros de Lisboa:

Os bairros pobres são por si uma acusação cruel. As vielas negras e sujas; os casebres imundos e caducos; os destroços de vitualhas e de farrapagens; a vadiagem dos cais; a exalação das sarjetas; a humanidade infecta, tudo faz daqueles lugares – uma espécie de depósito da miséria pública. Como para o vão da escada se atiram nas casas os restos de trapos, de louças, de chinelos velhos – para aqueles bairros se atira desapidadamente com os restos da plebe!¹⁰

Lisboa é a cidade mais suja da Europa. A própria Constantinopla, com o torpe desleixo turco, a própria Atenas, com a indolente miséria grega -- são mais limpas. E se não fosse o Tejo que lhe faz uma certa *toilette*, e este sol maravilhoso que tudo alegre e doura – Lisboa, aqui ao canto, junto do mar, como um cano, seria a sentina da Europa.¹¹

Segundo os escritores da época, a cidade de Lisboa, no princípio dos anos 40, era triste e vazia, onde poucas pessoas, com ar de fadiga, passeavam sem pressa. À noite era ainda mais triste, pois foi iluminada durante muitos anos com óleo de peixe; mesmo no Chiado, o gás só surgiu em 1848¹².

O Chiado era o bairro mais elegante de Lisboa. Era lá que encontravam-se o Grémio Literário e a Ópera de São Carlos. Também havia famosos hotéis, restaurantes de cozinheiros franceses, alfaiates alemães, cafés italianos, livrarias, cabeleireiros e modistas franceses.

Aliás, estas lojas contrastavam com as da parte baixa da cidade – “aborrecido bairro do comércio onde tudo era baço e glauco”, ou onde se viam “comerciantes lúgubres”, que não faziam qualquer esforço para vender “alguns objectos pobremente expostos.”¹³

⁹ FRANÇA, José-Augusto. Op.cit., p. 155.

¹⁰ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 201-02.

¹¹ Ibid., p. 202.

¹² Cf. José-Augusto França.

¹³ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 158.

Enquanto na parte baixa de Lisboa, os vendedores não faziam esforço para vender “alguns objectos pobremente expostos”, na parte desenvolvida da Europa, havia milhares de produtos expostos e os vendedores usavam vários artifícios para que estes fossem os mais atraentes possíveis, a fim de estimular a compra.

O principal atrativo do Chiado era o café Marrare, que fora “fundado por um napolitano ou siciliano deste nome, antes de 1818, e representou um papel extremamente importante na vida lisboeta dos anos 40; tendo já entrado em decadência, fechou as portas em 1866”.¹⁴ O café era o lugar de reunião dos homens importantes de Lisboa. “A sua decoração de madeira polida era considerada o ultimo grito da moda e da elegância.”¹⁵, nos diz o historiador, e em 1848, sua sala utilizava iluminação a gás -- o que já existia na Europa moderna há mais tempo, porém, em Lisboa era novidade. Próximo ao Chiado também havia os clubes privados, o Clube e a Assembléia Lisbonense, cujos bailes faziam sucesso, e vários centros consagrados à música e à ópera. Porém, a pequena burguesia não se divertia nesses salões elegantes, segundo José-Augusto França:

Menos elegantes e “chic” era aquela que, em pequena burguesia, se divertia em recintos de música, baile e atrações, os “jardins” o “Chinês”, à Cotovia, o “Mitológico”, em Alcântara, o “de Itália”, em S. Bento, mais tardio – e sobretudo a Floresta Egípcia, mais famoso e mais cotado, criado pelo italiano Osti, ao Rato, em 1851 e que teve teatro, com “sala de cristal” e “montanha russa”.¹⁶

Na opinião do historiador, o Passeio Público era um jardim triste e pouco freqüentado, principalmente por mulheres. Segundo Eça de Queirós, “O Passeio Público é um prazer lúgubre. É uma secretaria arborizada, onde se vai estar, gravemente, em silêncio, de olhar amortecido, de braços pendentes!”¹⁷ Semelhante à descrição do Passeio Público, é a descrição dos cafés lisboenses que, para Eça, eram “soturnos”, pois os clientes não tinham assunto interessante para conversar:

¹⁴ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 158.

¹⁵ Ibid, p. 158.

¹⁶ Ibid., p. 159.

¹⁷ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 29.

Meio deitados para cima das mesas, os homens tomam café a pequenos goles, ou fumam calados. A conversação extinguiu-se. Ninguém possui ideias originais e próprias. Há quatro ou cinco frases, feitas de há muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, murmuradas as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder-se livrar dos outros três.¹⁸

A pouca movimentação nas ruas portuguesas contrastava com o turbilhão de pessoas, inclusive mulheres, que circulavam pelas ruas das principais capitais da Europa.

No entanto, com o tempo, pequenas mudanças começaram a ser observadas. O Passeio passou a se desenvolver e as pessoas a circularem mais pelas ruas. Através da moda, da literatura “sentimental” e de alguns bailes, as mulheres burguesas podiam preencher um pouco a sua ociosidade característica.

É evidente que, facto de civilização a transformação era mais sensível ao nível da média e da pequena burguesias, que abandonavam enfim os seus capotes e lenços que ainda na véspera lhes cobriam as cabeças: o chapéu e a “capeline” francesa democratizavam-se. A moda mudava igualmente, ou antes, a maneira de encará-la e de obedecer às suas injunções. A rua, ou o Passeio, foi certamente um elemento determinante nesta transformação.¹⁹

Eça considerava a ociosidade, conceito importante para entender o comportamento das mulheres burguesas, como fruto de uma sociedade que excluía as mulheres da vida pública, da indústria, do comércio e da literatura. Em sua maioria, as mulheres ficavam restringidas ao seu pequeno mundo doméstico que, para Eça de Queirós, era “a família” e a “*toilet*”: “Daqui provém que senhoras reunidas, conversando, giram – como borboletas em torno de um globo de candeeiro – em volta destes dois supremos assuntos: vestidos, e namoros.”²⁰ Além da sociedade excludente, segundo o autor, a educação das mulheres portuguesas também contribuía para sua ociosidade, vaidade, futilidade e falta de personalidade.

¹⁸ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 29.

¹⁹ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 160.

²⁰ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 334.

Vejam, um pouco, como as nossas raparigas portuguesas se formam, lentamente, sob a educação interior. As mães põem nas suas pequerruchas todo o interesse que uma artista põe na sua glória: e tratam de dar a essa glória um relevo magnífico. Começam por as vestir como pequeninas senhoras! A pequerrucha de seis, oito anos, uma *baby*, um bocadinho de criatura, uma nadinha de mulher, ei-la já com gravidades de dama, direita, seriazita, coberta de fitas, de rendas, de folhos! Na idade em que precisam de toda a liberdade de corpo e de movimentos para crescer, já trazem a cinta apertada num anel tirânico, a cabeça oprimida por duros penteados em que o ferro lhes cresta o cabelo, os pezinhos devorados pelo verniz, e anquinhas e puffs, e um grande aparato, que é o cárcere do anjo.²¹

O escritor, que tem uma opinião cerrada sobre o que considerava uma má educação feminina, não deixa de destacar em sua farpa desdobramentos dessa educação no uso do vestuário.

Além dessa “tirania” dos adereços, desde criança, as mulheres portuguesas -- é importante mencionar que estamos nos referindo às mulheres burguesas -- eram educadas para o amor e o casamento:

Esta mulher, assim formada, casa. O marido vai, decerto, dar a esta natureza, que vem curiosa, impressionável e agitada, uma ocupação que a absorva e a preencha? - Não. É nas classes ricas: o marido trata de lhe tirar todo o trabalho, todo o movimento, toda a dificuldade, alarga-lhe a vida em redor, e deixa-a no meio, isolada, fraca e tenra, abandonada à fantasia, ao sonho, e à chama interior; a cabeleireira penteia-a, as criadas vestem-na, a governanta trata-lhe da casa, a ama cuida-lhe dos filhos, as moças arrumam-lhe os quartos, o marido ganha-lhe dinheiro, a modista faz-lhe vestidos -- um cupê macio caminha por ela, um *jornal de modas* pensa por ela. -- O que resta a esta infeliz criatura, encolhida no tédio da sua *causeuse*? Resta-lhe a sua genuína ocupação, a que lhe ensinaram e em que é perfeita -- o amor.²²

E, dessa forma, durante o casamento, a única ocupação que restava a essas mulheres, que cresceram preocupadas com a aparência e foram educadas sentimentalmente, era o amor.

Novamente em *As Farpas*, Eça de Queirós faz uma descrição minuciosa das características e do cotidiano dessas burguesinhas. As jovens eram pálidas e magras, não se exercitavam, viviam trancadas em casa, sem respirar ar puro, só se

²¹QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p.330.

²²Ibid., p.339.

alimentavam de doces, se apertavam em espartilhos e eram escravas da maquiagem. Vejamos agora o cotidiano ocioso e preguiçoso dessa jovem portuguesa:

[...] almoça, vai-se pentear, corre o *Diário de Notícias*, cantarola um pouco pela casa, pega no crochê ou na costura, atira-os para o lado, chega à janela, passa pelo espelho, dá duas pancadinhas no cabelo, adianta mais dois pontos no trabalho, deixa-o cair no regaço, come um bocadinho de doce, conversa vagamente, volta ao espelho, e assim vai puxando o tempo pela orelhas, derreada com a sua ociosidade, e bocejando as horas.²³

Como resultado da falta de uma ocupação produtiva:

[...] vem a sua falta de acção, a sua infeliz, a sua infeliz “passividade”. Uma menina portuguesa não tem iniciativa, nem determinação, nem vontade. Precisa ser mandada e governada; de outro modo, irresoluta e suspensa, fica no meio da vida, com os braços caídos. Perante um perigo, uma crise de família, uma situação difícil, rezam. Tem a fé abstracta que só Deus as pode inspirar, dar-lhes a decisão, a ideia precisa: mas terminam quase sempre por seguir o conselho da criada.²⁴

E, dessa forma, por serem ociosas e dependentes, tornavam-se volúveis e fracas de personalidade, como a doce Luísa de *O primo Basílio*.

No momento em que as mulheres burguesas passavam a dar mais atenção à moda e à aparição em público, “os ‘impulsos do coração’, o ‘flirt’, e mesmo o adultério, abriam-lhes novas perspectivas, que a literatura importada de França alimentava ...”²⁵

Esta literatura “sentimental”, cujos temas principais eram o amor e o adultério, vendia com abundância. Não só as traduções como os originais importados eram largamente anunciados na imprensa e disputados pelos assinantes nos gabinetes de leitura. Na opinião de Eça, a ociosidade, a vaidade e a educação das mulheres burguesas, unidas ao sentimentalismo incitado pelos romances, favoreciam o adultério, tese que irá demonstrar em *O primo Basílio*, através da figura da jovem adúltera Luísa.

²³ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 328.

²⁴ Ibid., p. 329.

²⁵ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 160.

[...] Para a generalidade das mulheres -- *ter um amante* significa ter uma quantidade de ocupações, de factos, de circunstâncias a que, pelo seu organismo e sua educação, acham um encanto inefável. *Ter um amante* -- não é para elas abrir de noite a porta do seu jardim. *Ter um amante* é ter a feliz, a doce ocasião destes pequeninos afazeres -- escrever cartas às escondidas, tremer e ter sustos; fechar-se a sós para pensar, estendida no sofá; ter o orgulho de possuir um segredo; ter aquela ideia dele e do seu amor, acompanhando como uma melodia em surdina todos os seus movimentos, a *toilette*, o banho, o bordado, o penteado; é estar numa sala cheia de gente, e vê-lo a ele, sério e indiferente, e só eles dois estarem no encanto do mistério; é procurar uma certa flor que se combinou pôr no cabelo; é estar triste por ideais amorosos, nos dias de chuva, ao canto de um fogão; é a felicidade de andar melancólica no fundo de um cupê; é fazer *toilette* com intenção, o maior dos encantos femininos!, etc.²⁶

Como observamos na passagem anterior, o adultério, segundo o escritor, apenas representava uma oportunidade para essas mulheres quebrarem a monotonia da vida conjugal.

Ocupemo-nos agora da cultura e das artes. O teatro era visto como um agente de civilização, pois além de oferecer prazer, oferecia uma lição de moral. No Romantismo, seu papel está em primeiro plano. De acordo com José-Augusto França, no entanto, o panorama do teatro português era “mediocre” desde a segunda metade do século XVIII, com as tragédias clássicas de tom político-filosófico; com dramas lacrimosos, equívocas traduções de Racine e Voltaire e “elogios dramáticos”.

Na opinião de Eça de Queirós, no teatro português, o expectador vê “mal sentado, quando o gás da sala diminui, erguer-se o pano sobre farsas tão melancólicas como uma ruína, e sobre dramas tão cômicos como uma caricatura de Cham!”²⁷

Em 1835, foi criado o Conservatório de Música e Garrett foi encarregado de estudar a restauração do teatro nacional. Tratava-se de “fundar e organizar um teatro que, sendo uma escola de bom gosto, contribuísse para a civilização e aperfeiçoamento moral da nação portuguesa”.²⁸ Porém um ano mais tarde, Garrett já não era mais o diretor do Conservatório nem Inspetor-Geral dos Teatros, como nos informa José-Augusto França: “A pretexto de economias mesquinhas que escondiam

²⁶ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha alegre”. Op. cit., p. 394.

²⁷ Ibid., p. 23.

²⁸ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 180.

ao mesmo tempo um propósito político pessoal e um desprezo total por ‘uma obra de civilização’, tinha-se cortado o orçamento do Conservatório.”²⁹

Garrett não desistiu e lutou pela restauração do teatro, cuja construção se arrastou por muito tempo por falta de dinheiro, e só foi concluída entre 1843 e 1846 no Rossio. Segundo o historiador, as peças que foram apresentadas na inauguração não obtiveram sucesso, pois não conseguiram atrair o público. A quantidade de peças representadas se sobrepunha largamente à qualidade, pois eram consideradas pouco originais; assim como as peças estrangeiras traduzidas.

Mau grado o seu optimismo, Garrett, mais do que ninguém, era consciente das dificuldades experimentadas pelo teatro português e se, em 1822, no prefácio do seu *Catão*, ele perguntava se os Portugueses tinham “la tête dramatique”, vinte anos mais tarde, num outro prefácio, podia afirmar: “o teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde a não há. Não têm procura os seus produtos, enquanto o gosto não forma os hábitos e com eles a necessidade”. Herculano estava perfeitamente de acordo quando afirmava que “era preciso criar de novo” os espectadores.³⁰

Além dos problemas financeiros que os teatros enfrentavam, da má qualidade das peças e dos atores medíocres, culpava-se também a falta de cultura de público. Era realmente preciso criar um novo espectador, pois o público lisboeta, “amante de sensações fortes, este público pequeno-burguês e ingénuo, de lágrimas e pateadas fáceis, estava sempre pronto a vaiar as peças que lhe ofereciam e que ele mal compreendia ...”³¹

Eça concorda com Garrett: “Ao teatro não se pede uma ideia: querem-se vistas, fatos, mutações. O espírito tem até preguiça de compreender um enredo de comédia.”³² Para o escritor, o teatro português perdera completamente sua significação e funcionava como uma espécie de sala de visitas:

Vai-se ao teatro passar um pouco a noite, ver uma mulher que nos interessa, combinar um juro com o agiota, acompanhar um senhora, ou – quando há um drama bem pungente – para rir, como se lê um necrológio para ficar de bom humor. Não se vai assistir ao desenvolvimento de uma ideia; não se vai sequer assistir à acção de um sentimento. Vai-se, como ao Passeio, em noites de calor, *para estar*. No entanto,

²⁹ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 181.

³⁰ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 184.

³¹ Ibid., p. 184.

³² QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 29.

como é necessário que, quando se ergue o pano, se movam algumas figuras e se troquem alguns diálogos – tem por isso de existir em Portugal uma literatura dramática.³³

O Teatro Nacional tinha grande dificuldade em equilibrar o orçamento, de acordo com os estudos de José-Augusto França. A administração foi obrigada a renunciar a uma peça devido ao acúmulo de dívidas. E esse não era só um problema do Teatro Nacional: “As finanças da Ópera Nacional não eram mais prósperas: em virtude da importância das suas despesas, o *deficit* podia ser mesmo umas sete vezes mais elevado que o do Teatro de D. Maria II.”³⁴

O historiador nos informa que, em 1870, ano em que havia seis teatros em Lisboa, as temporadas de São Carlos foram abreviadas por falta de público. O Estado abandonou a administração direta da sala e, em 1876, a companhia entrou em greve, pois não fora paga. Em 1875, o Governo chegou a pensar em reformar o Teatro Nacional de D. Maria II, mas nenhuma decisão foi tomada.

Também nos campos da dança e da música, o cenário não era mais favorável, de acordo com José-Augusto França. O ensino do Conservatório nunca fora bem estruturado e os mestres de *ballet* eram medíocres, o que contribuiu para seu subdesenvolvimento em Portugal: “[...] o Conservatório, mau grado o número dos seus alunos, cerca duma centena e meia cada ano, não teve acção digna de registo [sic] no desenvolvimento da cultura musical no País.”³⁵

Além disso, lamentava-se não ser atribuída aos concertos de Mozart e Beethoven, por exemplo, em Lisboa, a importância que tinham na parte desenvolvida da Europa. Para o historiador, o único grande acontecimento musical, em 1845, foi a visita do célebre pianista Liszt a Lisboa.

Assim como o Teatro Nacional e a Ópera, as artes em Portugal também não prosperavam.

Em 1862, o balanço da situação é francamente pessimista: “Em Portugal, a vida dos artistas passa quase despercebida, é apenas conhecida por um pequeno número de

³³ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 23.

³⁴ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 335.

³⁵ Ibid, p. 196.

colegas e amadores; e feliz daquele que, depois de anos de probo trabalho, consegue que suas obras sejam reputadas dignas de uma recompensa maior que o mesquinho preço pelo qual se tem visto obrigado a vendê-las”. Assim falava o secretário duma associação de artistas que acabava de se organizar.³⁶

A ação da Academia de Belas-Artes, criada em 1836, também não era bem vista, em 1850. A sua organização, método e ensino eram criticados. A Academia era considerada inútil e uma vergonha para o país, pois não possuía livros de figuras sobre arte, manequins, instrumentos, modelos de máquinas, quadros, nem instalações convenientes. Segundo José-Augusto França, a partir dessas críticas, o governo chegou a pensar em uma reforma, que no fim das contas ficou só no papel: “A comissão nomeada, estranhamente composta por políticos e médicos, não empreendeu coisa alguma.”³⁷

Os museus também despertavam pouco interesse do público, eram praticamente ignorados por todos. De acordo com o historiador, as pessoas que raramente os freqüentavam não tinham intenção de apreciar as obras de arte, e sim de transformar o lugar, assim como faziam com o teatro, em uma sala de estar. Essa falta de procura por parte do público fazia com que a oferta de quadros e estátuas fosse quase nula.

Em 1861, foi criada a Sociedade Promotora de Belas-Artes, porém, a partir de 1866, entrou em decadência, pois o apoio brasileiro que a sustentava foi retirado. Apesar do otimismo inicial, os acionistas abandonaram a associação. As participações de artistas portugueses em exposições internacionais também deixavam a desejar e, segundo José-Augusto França, o fracasso era evidente pela falta de qualidade das obras enviadas.

Também criticava-se o pouco interesse por monumentos antigos em Portugal. Em 1850, surgiu a Sociedade Arqueológica Lusitana, que depois de lutar contra dificuldades econômicas, desapareceu em 1856. No ensaio sobre a situação artística no país, o balanço era:

³⁶FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 357.

³⁷Ibid, p. 358.

[...] que a arte estava em decadência, que não se viam surgir talentos novos, que ninguém se arriscava nas carreiras artísticas, que não havia possibilidades de aperfeiçoamento, que não se podia contar com a crítica, que não se produzia bastante, que não se vendia nada num país que nem sequer havia amadores ...³⁸

Essa situação contrastava com o desenvolvimento artístico e cultural das grandes capitais da Europa, que eram centro de um vigoroso processo criativo.

No domínio da arquitetura pública, além das dificuldades econômicas, o atraso dos construtores ocorria, para o historiador, por dois fatores: um “de ordem psicológica – o desleixo”; e outro “de ordem sociológica -- a falta de programas e mesmo a ignorância duma lógica urbana que só será estabelecida cerca de 1865”.³⁹ O monumento mais importante deste período, o Palácio da Indústria (Palácio de Cristal), foi erguido no Porto, e não em Lisboa.

Dentro desse panorama, José-Augusto França nos informa que, nos anos 50, não existiam pintores de retrato em Portugal, enquanto na França, na Alemanha e na Inglaterra havia vários. Os pintores dessa década, pertencentes à geração romântica nacional, se mantiveram à margem de renovações estéticas, já que a pintura de paisagens ainda prevalecia, com cenas rústicas e nostálgicas e imagens melancólicas. Alguns pintores de retrato importantes surgiram na década de 60, porém os clientes burgueses começavam a frequentar os ateliês de fotógrafos franceses, em Lisboa e no Porto.

Após esse inquietante panorama da vida cultural e social de Portugal no século XIX, que muito contrastava com o das grandes capitais da Europa, onde as artes e a cultura prosperavam, chegou o momento de nos concentrarmos na situação e evolução industrial e tecnológica do país.

³⁸ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 363.

³⁹ Ibid, p. 342.

3.2

Evolução industrial e tecnológica: O mundo fontista

Nem tem febre das especulações e das indústrias, nem o amor das contemplações e dos sonhos: tem um trabalho cheio de sestras: em Abril suspende a enxada para ver voltar as andorinhas.⁴⁰

Eça de Queiroz

O engenheiro Fontes Pereira de Melo foi Ministro das Finanças, pouco antes do início do reinado de D. Pedro V, em 1851. Em 1852, criou o Ministério dos Trabalhos Públicos, do Comércio e da Indústria e “será a personagem-chave do segundo período romântico português – homem conhecedor, prático e frio da idade industrial, dos caminhos de ferro, do telégrafo...”⁴¹ Seu período de atuação foi denominado “fontismo”.

Segundo o historiador José-Augusto França, Fontes era desafeto do Rei, que também lastimava ver o povo português “adormecido” e “cego”, e Portugal como “a cauda da civilização”. D. Pedro V achava que a única forma de transformar o país era através da instrução pública e do progresso material, que seriam conseqüências da industrialização e das estradas de ferro. Criou uma Faculdade de Letras em Lisboa e apoiava o ensino técnico; via na indústria “a porta por onde o país poderia entrar na ‘comunhão européia’”⁴², num momento em que Portugal só podia apresentar produtos naturais nas exposições internacionais. Apesar do desafeto, “o ministro e o rei insistiam na urgência dos caminhos de ferro, do desenvolvimento industrial, da instrução técnica.”⁴³

Fontes Pereira de Melo pretendia impor à vida nacional as estradas, os caminhos de ferro e o desenvolvimento do comércio e das indústrias, porém, as classes populares tinham dificuldade em se adaptar à nova mentalidade industrial, visto que eram constituídas por artesãos e raros trabalhadores de oficinas que ainda não haviam definido muito bem seu estatuto social.

⁴⁰ QUEIROZ, Eça de. “Lisboa”. Op.cit., p. 185-86.

⁴¹ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 243.

⁴² Ibid., p. 254.

⁴³ Ibid., p. 248.

Além das classes populares, havia ainda a população dos campos que, para Eça, estava “[...] arruinada, vivendo em casebres ignóbeis, sustentando-se de sardinha e de ervas, trabalhando só para o imposto por meio de uma agricultura decadente [...]”.⁴⁴

De acordo com a análise do historiador, essas dificuldades de adaptação nasceram da lentidão do ritmo do desenvolvimento industrial. A indústria não se desenvolvia num país onde ainda existiam “artesãos”, e não “operários”, e onde as massas populares não tinham acesso a utensílios mentais, nem utensilagem técnica. Segundo Eduardo Lourenço, Portugal era um país:

[...] timidamente aberto à industrialização e aberto um pouco como se fôssemos o Japão da Europa no mesmo momento violado sem contemplações pelo Uncle Sam, mas que era organicamente agrícola e bisonho como nos ecológicos e muito ajustados romances de Júlio Dinis.⁴⁵

Em 1865, um evento ocorrido no Porto possibilitou uma melhor avaliação da situação industrial do país: inaugurou-se, no Palácio de Cristal, uma exposição internacional de produtos da indústria portuguesa. O Porto gabava-se de “ser a primeira terra industriosa do reino [...] pelos seus hábitos industriais e pelo génio activo e empreendedor dos seus habitantes”⁴⁶, como nos informa José-Augusto França. Era natural que estivesse obcecado por “inaugurar ‘a nova idade da civilização portuguesa’ e participar nas ‘grandes empresas do génio e do trabalho modernos’ – não havendo consciência da fraqueza das estruturas económicas do País.”⁴⁷ As grandes nações hesitaram muito em se inscreverem; algumas só compareceram por diplomacia. A exposição obteve cerca de 3450 participantes, sendo apenas 1073 estrangeiros, o que era muito pouco comparado com os números das exposições de Paris. Criticou-se o método de exposição dos produtos e a falta de informação técnica e estatística sobre as representações dos fabricantes. Segundo o historiador: “Também isto não faz mais que sublinhar a inexistência dum inquérito

⁴⁴ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 10.

⁴⁵ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p. 90.

⁴⁶ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 384.

⁴⁷ Ibid., p. 385.

sobre a indústria nacional – sintoma extremamente grave da falta de consciência das grandes necessidades da Nação, por parte dos governantes.”⁴⁸

A exposição do Porto havia sido vista como um possível estímulo para reformas, mas sua representação da indústria nacional “não era certamente bastante para suscitar uma viragem das estruturas tradicionais da vida portuguesa.”⁴⁹ Porém, para José-Augusto França, “De momento (e esse foi o papel da exposição do Porto) começava-se a verificar que nada se sabia e a ter consciência duma vida industrial mal vivida...”⁵⁰

Em relação às estradas de ferro, além de sua incidência econômica e social, elas carregavam um novo elemento cultural -- a velocidade. “A lentidão das viagens por caminhos mal traçados, através de montes e vales, tinha sem dúvida o carácter arcaizante dos homens de 1840.”⁵¹ Lisboa estava a oito dias do Porto e, somente em 1864, com o surgimento das estradas de ferro, a viagem podia ser feita em algumas horas. Com esse traço da modernidade, “As distâncias anulavam-se portanto e o rendimento do tempo aumentava – este tempo de que se começava a ter consciência que valia dinheiro.”⁵² É importante lembrar que o caminho de ferro em Portugal apareceu com um atraso de trinta anos em relação à Inglaterra. Entretanto, do mesmo modo que as estradas de ferro, o telégrafo, outra iniciativa de Fontes, que surgiu em 1857, também acentuava a nova dimensão do tempo, através do alargamento da informação instantânea.

Eça de Queirós, que tem uma opinião cáustica sobre a insipiente modernidade portuguesa, não deixa de construir também uma farpa a respeito da construção das estradas de ferro em Portugal. Para o escritor, o país não tinha interesse em receber a gente culta do resto da Europa, pois tinha vergonha de mostrar a sua situação atrasada e decadente.

A companhia dos caminhos de ferro, com intenções amáveis e civilizadoras, colocamos em embaraços terríveis. Digamo-lo rudemente: nós não estamos em estado de

⁴⁸ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 386.

⁴⁹ Ibid, p. 409.

⁵⁰ Ibid, p. 387.

⁵¹ Ibid, p. 257.

⁵² Ibid, p. 257.

receber visitas! Vivemos aqui ao nosso canto, sem cerimônia, em chinelas – e não gostamos que gente culta venha ter a revelação da nossa mobília pobre e da nossa conversação simplória.⁵³

O país não pode em sua honra consentir que os Espanhóis o venham ver. O País está atrasado, embrutecido, remendado, sujo, insípido. O País precisa fechar-se por dentro e correr as cortinas. E é uma impertinência introduzir no meio do nosso total desarranjo, hospedes curiosos, interessados, de luneta sarcástica!⁵⁴

Essa ironia corrosiva de Eça, sem dúvida, não era desligada de um projeto bem definido.

Apesar de tão contundente crítica, a documentação da época nos informa que, mesmo tardia, a modernidade ia tomando conta da sociedade portuguesa. Além do telégrafo e das estradas de ferro, outras inovações, tardias em relação à Europa desenvolvida, surgiram em Portugal a partir da segunda metade do século XIX. “Em 1865, facto extremamente importante, o *Diário de Notícias* inaugura a fase industrial dos jornais em Portugal”⁵⁵. O seu preço foi reduzido e ele passou a ser vendido nas ruas por ambulantes. Além disso, também foi criado um sistema de publicidade, através de anúncios.

O hábito da consulta dos anúncios não deixou certamente de vir alterar a mentalidade nacional: Os Portugueses entravam assim, e subitamente, num universo de consumo que a publicidade condicionava já. Se se analisar o aspecto desta publicidade, vê-se que, pouco a pouco, ela se liberta duma espécie de timidez que caracterizava as suas primeiras manifestações: com o tempo, os anúncios tornar-se-ão mais convincentes, mais práticos e menos agarrados a uma espécie de pudor provinciano ...⁵⁶

A decoração e o mostruário das lojas passaram a ser mais atrativos aos consumidores, o que nas grandes cidades europeias há muito não era novidade: “[...] o comércio transformava-se, em suma – ainda que a hora dos grandes armazéns, que Paris conhecia nessa altura e Zola cantava, não soasse em Lisboa antes dos finais do século XIX ou nos primeiros anos de Novecentos.⁵⁷”

⁵³ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 184.

⁵⁴ Ibid, p. 184-85.

⁵⁵ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 398.

⁵⁶ Ibid, p. 398.

⁵⁷ Ibid, p. 398.

Segundo informação de José-Augusto França, além da imprensa e da publicidade, surgiam, em 1873, “os americanos”, transportes coletivos que possibilitavam aos consumidores circularem mais livre e rapidamente pelas ruas da capital. A eletricidade passou a ser utilizada no Chiado no fim de 1878, mas sem conseqüências práticas imediatas, e em 1882, aparecia o telefone, que “anunciará nova transformação nas relações humanas, sociais e sentimentais, de cuja importância os Lisboetas [ainda] mal podiam suspeitar.”⁵⁸

Apesar das transformações, mesmo tardias, trazidas pelas estradas de ferro, pelo telégrafo, pelo telefone, pelo gás, pela eletricidade, pela publicidade e pelos transportes coletivos, para José-Augusto França: “A vida em Lisboa tinha se tornado mais triste, mais aborrecida.”⁵⁹ O tédio invadia as ruas e os habitantes, reflexo de um país pacato e melancólico.

Após esse balanço da indústria portuguesa, dos atrasos tecnológicos em relação às grandes capitais européias e da melancolia que invadia a capital do país, daremos enfoque à educação e à literatura em Portugal.

⁵⁸ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 399.

⁵⁹ Ibid. p. 396.

3.3

Educação e literatura

Nas famigeradas “Conferências do Casino” e no que delas se seguirá, não é apenas a mera realidade histórico-política de Portugal que vai ser questionada ou quem questiona os actores das Conferências: *é a totalidade do seu ser histórico-cultural*. O sentido da nossa aventura passada aparece aos olhos de alguns jovens impressionados com os ecos tardios da revolução técnica e ideológica da Europa, como problemático.⁶⁰

Eduardo Lourenço

A palavra de ordem do ministério de Fontes Pereira de Melo era “progresso”, no entanto, Coimbra, principalmente por sua universidade, não era considerada “moderna”. Pretendia-se tirar o monopólio pedagógico dessa cidade, através da distribuição de faculdades também em Lisboa e no Porto. Nos anos 50, foram criados em Lisboa um curso superior de Letras e uma Escola Politécnica. Nessa tentativa, as dificuldades encontradas pelo primeiro curso foram muitas, o que consistia em “sintomas bastante claros da conjuntura cultural da Nação, no plano das ciências humanas, das quais Coimbra não podia ocupar-se para lá dos limites das suas Faculdades de Teologia e Direito”.⁶¹ A proposta de criação de outros cursos superiores em Coimbra e Lisboa não obteve sucesso. Havia grande dificuldade em se obter um corpo docente para as modestas cadeiras do curso superior de Letras. Em 1860, duas teses foram defendidas sem nenhum sucesso. O curso, apesar de oferecer mais vantagens práticas que o de Coimbra, era, de longe, menos freqüentado, caindo de 40 inscrições para 18, 16, 10 e 0 nos anos seguintes, como nos informa José-Augusto França.

E essa falta de organização, competência e originalidade não era só um problema dos cursos superiores, como nos diz Eça em sua crítica, mas também das escolas primárias e secundárias:

A escola por si oferece igual desorganização. Os edifícios (a não ser os legados pelo conde de Ferreira, que ainda quase não funcionam) são na maior parte uma variante torpe entre o celeiro e o curral. Nem espaço, nem asseio, nem arranjo, nem luz, nem

⁶⁰ LOURENÇO, Eduardo. Op.cit., p. 89.

⁶¹FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 258.

ar. Nada torna o estudo tão penoso como a fealdade da aula. [...] A escola entre nós é uma grilheta do abecedário, escura e suja: as crianças, enfastiadas, repetem a lição, sem vontade, sem inteligência, sem estímulo: o professor domina pela palmatória, e põe todo o tédio da sua vida na rotina do seu ensino.⁶²

A situação educacional de Portugal, com sua principal universidade criticada como uma “fábrica de bacharéis”, nos remete à Questão Coimbrã, ocorrida nos anos 60 e considerada uma tempestade literária. Antes de iniciarmos a discussão sobre a “Questão”, pensaremos um pouco na literatura que prevalecia no século XIX, por meio das palavras de Eça de Queirós, que também fora estudante de Coimbra e integrou a Geração de 70.

Na opinião de Eça e dos outros intelectuais da Geração de 70, a literatura portuguesa não tinha idéias, não era original, pouco exprimia e era alienada em relação ao tempo e ao espaço. Em grande parte, tratava de temas como amor impossível e de divagações sobre “virgens pálidas”; em suma, ocupava-se de pequenas sensibilidades, que já não mais condiziam com a realidade febril e fabril do mundo no século XIX.

Olhemos agora a literatura. A literatura – poesia e romance – sem ideia, sem originalidade, convencional, hipócrita, falsíssima, não exprime nada: nem a tendência colectiva da sociedade, nem o temperamento intelectual do escritor. Tudo em torno dela se transformou, só ela ficou imóvel. De modo que, pasmada e alheada, nem ela compreende o seu tempo, nem ninguém a compreende a ela.⁶³

Fala do *ideal*, do *êxtase*, da *febre*, de *Laura*, de *rosas*, de *liras*, de *primaveras*, de *virgens pálidas* – e em torno dela o mundo industrial, fabril, positivo, prático, experimental [...].⁶⁴

Para esses intelectuais, a literatura deveria estudar o mundo que os rodeava, ocupar-se de temas da atualidade, ter preocupações sociais, pois no exato momento em que os escritores e poetas falavam sobre “febre e “êxtase”, o que realmente fervia era “o mundo industrial, fabril, positivo, prático, experimental”.

⁶² QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 319.

⁶³ Ibid., p. 19.

⁶⁴ Ibid., p. 19-20.

Nessa crítica cerrada às letras portuguesas da época, Eça de Queirós aproveita e estabelece um contraste com a literatura na França, que, segundo o escritor, “há-de ter o seu lugar na história do pensamento”.

Em França ao menos a literatura, quando a corrupção veio, exprimiu a corrupção. No Paris da decadência, no Paris do Barão Haussmann, e dos Srs. Rouher e Fialin (vulgo de Persigny), os livros detestáveis foram a expressão genuína e sincera de uma sociedade que se dissolvia. A literatura de *Boulevard* há-de ficar por esse motivo, e há-de ter o seu lugar na história do pensamento [...].⁶⁵

Entretanto, uma revolução estava para ocorrer na literatura portuguesa: "No meio das águas estagnadas da vida duma sociedade burocratizada na ordem burguesa e no aparente bem-estar capitalista, uma questão houve que apaixonou os espíritos, agitando a opinião pública."⁶⁶

A Questão Coimbrã ocorreu nos anos 60, na Universidade de Coimbra. É através dela que encontraremos “[...] o balanço mais completo da cultura, da mentalidade e dos costumes da sociedade portuguesa, neste momento do *seu* romantismo”.⁶⁷ A Questão representou uma querela literária entre o velho poeta romântico Castilho, de Lisboa, e dois jovens estudantes de Coimbra, Antero de Quental e Teófilo Braga. Ela significava “um divórcio entre uma geração de professores cobertos de alcunhas ridículas, ‘atrasados, alheios a todo o movimento europeu’ (como escreverá mais tarde Teófilo Braga), e estudantes cujo espírito se abria a este mesmo movimento.”⁶⁸

Coimbra vivia em intensa atividade mental, pois os jovens estudantes da Universidade, em 1863, recebiam, pelas estradas de ferro, que já ligava esta pequena cidade de província à capital e preparava-se para ligá-la ao mundo do “movimento europeu”, obras de autores como Hegel, Michelet, Vico, Proudhon, Hugo, Heine, Balzac, Goethe, Quinet e muitos outros, que estavam promovendo uma revolução que atingia as ciências, as artes e os sistemas filosóficos: “Tal facto não deixaria de acelerar o desenvolvimento de actualização cultural, de modernização de fórmulas

⁶⁵ QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 20.

⁶⁶ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 365.

⁶⁷ Ibid, p. 365.

⁶⁸ Ibid., p. 366.

mentais da nova geração.”⁶⁹ A geração antiga, cujo expoente era o poeta romântico Castilho, representava “o velho Portugal dos conventos e das academias, que existia ainda, como todo o seu nacionalismo sentimental e satisfeito.”⁷⁰

Eduardo Lourenço faz um balanço da indiferença desse “Portugal dos conventos e das academias” em relação ao movimento europeu.

[...] quando o nosso Romantismo tentou refazer o conúbio natural da imaginação e da razão, o tempo perdido era de uma ordem que não permitia mais que ecoar num perpétuo atraso a invenção alheia, a ciência alheia, a cultura especializada das grandes centrais do sonho europeu, apostado, como Galileu e Descartes o haviam concebido, em decifrar matematicamente o mistério do mundo para melhor o domesticar. É nos interstícios dessa explosão do imaginário europeu enquanto ciência e filosofia intimamente conexas e em perpétuo conflito que se inscreve o itinerário da nossa intrínseca *subalternidade e dependência*, cujo drama com laivos *offenbachianos* será descrito – ao mesmo tempo que exemplificado – pela obra mais típica e trágica do nosso Romantismo sarcástico, mascarado de realismo: a de Eça de Queirós.⁷¹

Para o autor, essa alienação não fazia mais do que reforçar a “subalternidade” de Portugal em relação à ciência, à filosofia e à cultura dos grandes centros europeus, que será descrita e exemplificada pelas obras de Eça.

Antero de Quental, que compartilhava das idéias de Eça, achava necessário “revolver” o mundo burguês que, segundo ele, era covarde, ignorante e corrompido e, em Portugal, vivia “fora da história e do progresso”.

Antero tomava então o ponto de vista do “estrangeirado” para o qual “quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal, não é Lisboa [...]: É Paris, é Londres, é Berlim”. Nestas cidades ilustres havia, no entanto, névoas e metafísica... “As três nações pensantes são risíveis diante da crítica fradesca do Senhor Castilho”.⁷²

Como então assegurar uma transformação radical na mentalidade portuguesa? “É nesta altura que o poeta de Coimbra desenrola a enorme lista das suas leituras, que

⁶⁹ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 366.

⁷⁰ Ibid., p. 373.

⁷¹ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p. 54.

⁷² FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 373.

já conhecemos, de Hegel a Quinet – as coordenadas dum jovem pensamento que se procurava.”⁷³

A Questão Coimbrã realmente agitou a opinião de alguns intelectuais da época, mas a sua principal função foi mostrar “muito claramente a mediocridade da vida intelectual portuguesa.”⁷⁴

Em 1868, Antero de Quental “reencontrava em Lisboa, junto de alguns companheiros de Coimbra, a atmosfera de entusiasmo ideológico e um pouco fantasista da primeira metade dos anos 60: era o ‘Cenáculo’”⁷⁵. E seus principais companheiros eram Eça de Queirós, Batalha Reis, Guilherme de Azevedo, Teófilo Braga e Oliveira Martins.

Alguns de entre os jovens estudantes de Coimbra, saídos da cidade universitária com um diploma de direito nas malas, não tinham, porém, esquecido as agitadas horas vividas. A boémia intelectual da “quase fantástica Coimbra” permanecia nos seus espíritos como uma lembrança nostálgica; representava para eles uma espécie de bóia de salvação no mar tormentoso da mediocridade nacional... Poderiam eles recriar noutra lugares esta atmosfera irreal? Ao acaso de certos encontros, vão esforçar-se por fazê-lo mesmo em Lisboa – e assim nasceu o “Cenáculo”.⁷⁶

Em 1871, iniciavam-se as Conferências do Casino, assim nomeadas devido ao fato de realizarem-se no Casino Lisbonense.

Tratava-se duma série de conferências cuja feição crítica e pedagógica serviria para uma reforma dos esquemas mentais da vida nacional. O Cenáculo tomava assim consciência da sua missão no meio duma sociedade estagnante.⁷⁷

As conferências⁷⁸, que constituíram um segundo momento, senão uma conseqüência, da transformação anunciada pela Questão Coimbrã, tinham por objetivo regenerar a organização social, estudando as idéias e correntes do século,

⁷³ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 373.

⁷⁴ Ibid., p. 376.

⁷⁵ Ibid., p. 450.

⁷⁶ Ibid., p. 463.

⁷⁷ Ibid., p. 464

⁷⁸ A única conferência proferida por Eça de Queirós foi: “O Realismo como nova expressão de Arte”, na qual defendia a necessidade de a arte retratar e revolucionar a sociedade burguesa.

investigar como a sociedade era, e como deveria ser, e ligar Portugal ao movimento moderno.

Para Eduardo Lourenço, cabia a esses homens das Conferências do Casino:

[...] recuperar, no espaço de uma vida de homem, esse *atraso demencial*, que segundo o diagnóstico do mais precoce dos seus génios tutelares, se cavara ao longo de três séculos, entre um povo, farol de mundos, e o mesmo povo agora convertido na *lanterna vermelha das nações civilizadas*.⁷⁹

As principais denúncias das conferências eram a indiferença dos portugueses do século XIX pela filosofia, pela ciência e pelo movimento moral e social moderno, o atraso econômico e a fraqueza ética da Nação que, segundo os intelectuais, eram causados pela influência do espírito católico, pela implementação do absolutismo, com seu caráter coercivo e inibidor das liberdades, e pelo sistema econômico realizado pelos descobrimentos.⁸⁰

Analisando de forma mais aguda o sentimento de “subalternidade” compartilhado pela Geração de 70, merece destaque a opinião de Eduardo Lourenço.

Nunca geração portuguesa se sentirá tão infeliz – tão funda, sincera e equivocadamente infeliz – por descobrir que pertencia a um povo *decadente*, marginalizado ou automarginalizado na história recebendo passivamente do movimento geral do que chamam extasiados *A Civilização*, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo *ideias*, acessíveis como máquinas, etc. Era natural que uma tal reacção se operasse no momento exacto em que essa fantástica *Civilização* nos tocava *fisicamente*.⁸¹

Para o escritor, os intelectuais da Geração de 70 passaram a ter maior consciência do atraso tecnológico e intelectual de seu país e a tentar reagir contra ele no momento em que, pelas estradas de ferro, a “fantástica civilização” europeia os “tocava fisicamente”.

No momento em que as conferências foram proibidas, Eça se manifestou ironicamente sobre o assunto:

⁷⁹ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p. 90.

⁸⁰ As origens da decadência estão descritas na Conferência proferida por Antero de Quental: “Causas da decadência dos povos peninsulares dos últimos 3 séculos”.

⁸¹ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p. 90.

Sejamos lógicos; fechemos as conferencias do Casino onde se *ouvem* doutrinas livres, mas expulsemos os livros onde se *lêem* doutrinas livres. *Ouvir* ou *ler* dá os mesmos resultados para a inteligência, para a memória, e para a acção: é a mesma entrada para a consciência por duas portas paralelas. Façamos calar o Sr. Antero de Quental, mas proibamos na alfândega a entrada dos livros de Vítor Hugo, Proudhon, Langlois, Feuerbach, Quinet, Littré, toda a crítica francesa, todo o pensamento alemão, toda a ideia, toda a história. Dobremos a cabeça sobre a nossa ignorância e sobre a nossa inércia, e deixemo-nos apodrecer, mudos, vis, inertes, na torpeza moral e no tédio.⁸²

Na opinião de Eça de Queirós, a proibição das conferências era arbitrária, pois as pessoas continuavam a ter acesso àquelas obras nas quais os intelectuais se inspiravam para fazer suas denúncias e exprimir suas idéias. Portanto, se eram contra as conferências, ou melhor, as idéias que elas pregavam, seria mais útil se, ao mesmo tempo, proibissem a entrada no país de livros com idéias revolucionárias.

Em junho de 1871, ano das últimas conferências, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão começaram a redigir as já mencionadas *Farpas*. Elas tiveram quatro séries e duraram até 1883: “Eis o tom d’ *As Farpas*: ironia e dor, indignação e risadas sucedem-se.”⁸³

Foi através de *As Farpas* que, segundo Eduardo Lourenço, os jovens Eça e Ramalho pretenderam ensinar tudo “[...] a um Portugal rude, provinciano, analfabeto, a uma Capital *mimética*, indolente, medíocre de fazer chorar as pedras”⁸⁴; e, dessa forma, “[...] transformar um e outra numa espécie de pequena França que os não envergonhasse nem de que eles se envergonhassem.”⁸⁵

É tendo em mente a defasagem cultural e social das terras lusitanas em relação à Europa moderna e as inovações, idéias e críticas trazidas à tona pela Questão Coimbrã e pelas Conferências do Casino que iremos analisar, no próximo capítulo, o projeto intelectual de Eça de Queirós de modernização e “regeneração” de Portugal.

⁸² QUEIRÓS, Eça de. “Uma Campanha Alegre”. Op. cit., p. 72

⁸³ FRANÇA, José-Augusto. Op. cit., p. 469.

⁸⁴ LOURENÇO, Eduardo. Op. cit., p. 96.

⁸⁵ Ibid, p. 96.